

## **IMPLICAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL**

Daiane Lindner Radons <sup>1</sup>;  
Letiane Peccin Ristow <sup>2</sup>;  
Micheli dos Santos Waldow<sup>3</sup>;

Modalidade: Pesquisa

Eixo temático: 3

As escolas públicas enfrentam inúmeros desafios que dificultam as condições adequadas para seu funcionamento, afetando a atuação dos educadores e a aprendizagem dos educandos. De acordo com o renomado autor Libâneo, a demanda por escolas públicas de qualidade está em pauta há décadas, mostrando os conflitos entre as esferas pública e privada, a mobilização social e os movimentos de educação popular em busca da democratização e universalização da educação. Neste contexto, o presente trabalho objetivou verificar a implicação do capital social na implantação da política de educação integral, nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Como metodologia, utilizou-se a leitura de atividades entregues por cursistas do Programa de Formação Continuada para Profissionais da Educação Básica na Perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, vinculados as turmas 1, 2, 9, 15, 16 e 19. Os achados indicam que a relação entre capital social e educação integral é essencial para a construção de uma política educacional de qualidade e inclusiva. No contexto educacional, o capital social pode potencializar a implementação de práticas que visam a formação integral dos estudantes, abrangendo não apenas aspectos acadêmicos, mas também sociais, emocionais e culturais. A Política de Educação em Tempo Integral, na perspectiva da educação integral, definida pelo Programa Escola em Tempo Integral, instituída pela Lei nº 14.640/2023 e regulamentada pelas Portarias nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023, será efetiva a medida em que for reconhecida a importância das relações sociais e do engajamento comunitário. A utilização de recursos culturais e sociais presentes no entorno das escolas possibilita um currículo dinâmico e envolvente, complementando o aprendizado em sala de aula. Cabe destacar que a articulação intersetorial nos municípios promove o enriquecimento de práticas pedagógicas, a inclusão, o respeito às diversidades e a participação em espaços sociais. O

<sup>1</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, daiane.radons@uffs.edu.br. Tutora do Programa de Formação Continuada para Profissionais da Educação Básica na Perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, letiane.peccin@uffs.edu.br. Tutora do Programa de Formação Continuada para Profissionais da Educação Básica na Perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral.

<sup>3</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, micheli.santos@uffs.edu.br. Tutora do Programa de Formação Continuada para Profissionais da Educação Básica na Perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral.

envolvimento das escolas com entidades locais como clubes esportivos, clubes de mães, comunidades religiosas, bibliotecas públicas, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) revelam que a implementação da educação integral em tempo integral perpassa pelo engajamento e pela participação de toda a comunidade, na medida em que a soma dos esforços torna possível a superação dos desafios observados pelos gestores escolares. Os casos de sucesso demonstram que é possível construir um sistema educacional que valorize o potencial de cada estudante e promova uma formação integral, capaz de prepará-los para os desafios do século XXI. Essa abordagem não apenas enriquece a experiência educativa, mas também fortalece a coesão social e o desenvolvimento comunitário.

**Palavras-chave:** Capital Social, Política de Educação Integral, Desenvolvimento Comunitário.